

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- [7ª Reunião Ordinária Deliberativa](#)
 - 1.2- [Reuniões de Comissões](#)
 - 2- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES](#)
 - 3- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR](#)
 - 4- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
 - 5- [ERRATA](#)
-
-

ATAS

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 8 DE MARÇO DE 1995

Presidência dos Deputados Agostinho Patrús e
Sebastião Navarro Vieira

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): Ata - Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 32/95 - Requerimentos nºs 56 a 66/95 - Requerimentos dos Deputados Sebastião Costa, Wanderley Ávila, José Bonifácio (6), Jorge Hannas (16), Simão Pedro Toledo, Carlos Pimenta e Elbe Brandão - Interrupção da reunião - Nomeação de comissão - Composição da Mesa - Destinação da 1ª parte da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras das Deputadas Elbe Brandão, Maria Olívia e Maria José Haueisen - Leitura da mensagem da Sra. Heloísa Azeredo - Palavras das Sras. Maria Jaqueline Nogueira Lima e Maria Izabel e do Sr. Santos Moreira - Entrega de placas alusivas ao evento - Palavras do Sr. Presidente - Reabertura da reunião - **2ª PARTE (ORDEM DO DIA): 1ª Fase:** inexistência de "quorum" - **ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

ABERTURA

- Às 14h15min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anderson Aauto - Anivaldo Antônio - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Clêuber Carneiro - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Elmo Braz - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Leonídio Bouças - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Barbosa - Miguel Martíni - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Toninho Zeitune - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

Ata

- A Deputada Maria José Haueisen, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Apresentação de Proposições

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 32/95

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Presidente Tancredo Neves dos Moradores da Vila das Antenas e Bairro Jardim Alvorada, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Presidente Tancredo Neves dos Moradores da Vila das Antenas e Bairro Jardim Alvorada, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 1995.

Antônio Genaro

Justificação: Fundada em 30/7/85, a Associação Comunitária Presidente Tancredo Neves tem por finalidade promover o desenvolvimento da Vila das Antenas, no Bairro Jardim Alvorada, por meio de melhoria das condições de vida e da promoção sociocultural de seus moradores.

Para a obtenção de seus objetivos, a entidade se propõe promover ações pela defesa dos direitos da população local e realizar atividades destinadas a estreitar os laços de solidariedade e de união comunitária.

Convictos de que é justa a concessão do título pretendido pela entidade, contamos com o apoio de nossos pares para aprovação da proposição que ora apresentamos.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, Inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 56/95, do Deputado João Batista de Oliveira, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado, a fim de que faça gestões junto aos Ministérios do Planejamento e da Previdência e Assistência Social com vistas ao pagamento de serviços de habilitação e reabilitação de deficiências contratados pela extinta LBA a instituições de Minas Gerais. (- À Comissão de Saúde e Ação Social.)

Nº 57/95, do Deputado Ivair Nogueira, solicitando seja formulado voto de congratulações com a Faculdade de Ciências Humanas da FUMEC pelo trabalho de seus psicólogos e estagiários para o resgate da cidadania de mulheres agredidas. (- À Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.)

Nº 58/95, do Deputado Marcelo Gonçalves, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Transportes e Obras Públicas com vistas à liberação de verbas orçamentárias para a canalização do ribeirão da Mata, no Município de Pedro Leopoldo.

Nº 59/95, do Deputado Paulo Schettino, solicitando seja formulado apelo ao Diretor do DER-MG com vistas à complementação da pavimentação do trecho que liga o Município de São João do Oriente à BR-458. (- Distribuídos à Comissão de Administração Pública.)

Nº 60/95, do Deputado Wanderley Ávila, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o Município de Francisco Dumont por seus 32 anos de existência.

Nº 61/95, do Deputado Wanderley Ávila, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o Município de Buritizeiro por seus 32 anos de existência.

Nº 62/95, do Deputado Wanderley Ávila, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o Município de Santa Fé de Minas por seus 32 anos de existência.

Nº 63/95, do Deputado Wanderley Ávila, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o Município de Morro da Garça por seus 32 anos de existência.

Nº 64/95, do Deputado Wanderley Ávila, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o Município de São Gonçalo do Rio Preto por seus 32 anos de existência.

Nº 65/95, do Deputado Wanderley Ávila, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o Município de Presidente Kubitschek por seus 32 anos de existência.

Nº 66/95, do Deputado Wanderley Ávila, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o Município de Lagoa dos Patos por seus 32 anos de existência. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Do Deputado Sebastião Costa, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 272/91.

Do Deputado Wanderley Ávila, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 696/92.

Do Deputado José Bonifácio (6), solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 2.223, 2.131 e 2.111/94, 375/91, 2.237 e 2.035/94.

Do Deputado Jorge Hannas (16), solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 1.316, 1.339, 1.807, 1.808, 1.300, 1.314, 1.305, 1.668 e 1.315/93, 600/91, 1.237 e 1.313/93, 31/91, 1.283/93, 2.093/94 e 1.282/93.

Do Deputado Simão Pedro Toledo, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.924/94.

Do Deputado Carlos Pimenta, solicitando seja formulado apelo ao Presidente do Tribunal Regional Federal com vistas à criação e à instalação de uma vara da Justiça Federal e de um posto da Polícia Federal, no Município de Montes Claros.

Da Deputada Elbe Brandão, solicitando seja constituída uma comissão especial com o objetivo de avaliar o problema da violência contra a mulher no Estado.

Interrupção da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência interrompe, neste momento, os trabalhos ordinários para, nos termos do § 1º do art. 23 do Regimento Interno, destinar a 1ª Parte da reunião a homenagear a mulher mineira, ao ensejo da comemoração do Dia Internacional da Mulher. Estão interrompidos os nossos trabalhos.

Nomeação de Comissão

O Sr. Presidente - A Presidência nomeia os Deputados Gilmar Machado, Jairo Ataíde, Francisco Ramalho, Toninho Zeitune e Carlos Pimenta para, em comissão, introduzirem no recinto do Plenário as autoridades e os convidados que se encontram no Salão Nobre.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convido a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Santos Moreira, Secretário da Segurança Pública; as Exmas. Sras. Vera Coutinho, representante da Senadora Júnia Marise; Marília Machado, representante da Sra. Heloísa Azeredo; Norma Goes Monteiro, representante da Secretária da Cultura, Berenice Menegale; Elaine Matozinhos, Delegada de Polícia; Maria Jaqueline Nogueira Lima, representante do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher da UFMG; Deputadas Maria José Haueisen, 2ª-Secretária desta Assembléia Legislativa; Elbe Brandão, autora do requerimento que deu origem a esta solenidade; e Maria Olívia.

Destinação da 1ª Parte da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear a mulher mineira, ao ensejo da comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - Convidamos os presentes a ouvir, de pé, o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Deputada Elbe Brandão, autora do requerimento que suscitou a realização desta homenagem.

Palavras da Deputada Elbe Brandão*

Exmos. Srs. Deputado Agostinho Patrús e Dr. Santos Moreira; Exmas. Sras. Vera Coutinho, Marília Machado, Norma Goes Monteiro, Elaine Matozinhos, Maria Jaqueline Nogueira Lima, Deputadas Maria José Haueisen e Maria Olívia; povo aqui representado nas galerias, membros da imprensa, caros colegas, mulheres de Minas, mulheres do mundo, chegará o dia em que a mulher se desnudará para ser a própria liberdade.

Requerei esta reunião especial para convidá-los a uma reflexão sobre a condição feminina nestas Minas Gerais que a tradição consagrou como terra de liberdade. A intenção é de que a Assembléia Legislativa possa contribuir para que o brilho de nossas montanhas seja uma homenagem às mulheres que fazem a nossa história.

Vida - Não se tira de alguém aquilo que ninguém nem nada poderá devolver. Só a Deus é possível uma e outra tarefa. Sim, viver é muito difícil, mas vale a pena tentar.

É por acreditar e defender esses princípios, que ocupo hoje esta tribuna e convoco a todos para refletir sobre o seguinte tema: viver todos vivem, mas o problema é saber não recusar os desafios que a cada minuto a vida propõe.

Hoje é o Dia Internacional da Mulher. Aqui, nesta Casa Legislativa, temos a presença de tantas mulheres que representam tantos segmentos e enfrentam os seus desafios.

Não há como esquecer o fato que originou as comemorações.

Em 8/3/1857, 150 operárias foram queimadas vivas numa fábrica nos Estados Unidos, porque estavam em greve. Um salto na história, e as manchetes não mudam muito. Mais uma vez, mortes, mortes de muitas mulheres.

Minas ocupa o 1º lugar nos números que mostram a violência contra a população feminina. Conhecemos o passado através da História.

Estamos aqui na tarefa de tentar entender este presente absurdo de tantas tragédias ocorridas com as mulheres, para sermos capazes de viabilizar ações que acabem com as estatísticas negativas de abortos, maus tratos, criminalidade, doenças, espancamentos, prostituição, abuso sexual, exploração da mão de obra e tantos, tantos outros fatos, que nos causam repugnância e vergonha.

Há como sair desse terceiro-mundismo? Há como enfrentar os desafios? Certamente que sim. A mulher é otimista e forte. Com muita criatividade, vem encontrando, ao longo dos tempos, respostas e soluções para perguntas e problemas que a vida lhe propôs. Tenho convicção de que - no limiar do século XXI - o momento exige, cada vez mais, que o desejo de transformação se concretize através de ações e da vontade política que levem homens e mulheres a perceberem que a batalha é comum e é pela humanidade. Não é briga de sexos e muito menos busca de privilégios.

Hoje, já faz parte da consciência coletiva, e não só do ideário das feministas, o fato de que é preciso uma profunda e imediata transformação nas relações humanas, nas relações de poder e nas ações políticas, para que se mude esse quadro macabro que os números nos revelam. Sim, hoje a mulher está madura e pronta.

Sabe o que é preciso e onde encontrar. Vai à luta. Parafraseando o poeta: "A mulher madura está pronta para algo definitivo."

E é assim, Sr. Presidente, nesse contexto que se faz atual, em busca de uma ação conjunta com movimentos feministas, aqui representados pelo fórum de mulheres, que venho apresentar um requerimento ao Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, nos seguintes termos: (- Lê:)

"A Deputada que este subscreve, com base no item II do art. 112 do Regimento Interno, requer a V. Exa. a constituição de uma comissão especial para proceder a estudos que permitam a avaliação da real extensão do problema da violência perpetrada contra a mulher, em todo o Estado de Minas Gerais."

Gostaria de homenagear uma mulher que faz a imprensa, uma das mulheres que ficam nos bastidores e que fazem a história, mas não teria condições de, em tão pouco tempo nesta Casa, conseguir uma figura feminina que pudesse representar a todas. Assim, optei por uma, que conheço de perto, jornalista da nossa Casa, Sílvia Rubião Resende. (- Lê a placa alusiva ao evento:)

"À mulher profissional que dignifica e contribui para que o brilho das nossas montanhas ultrapassem a marca da história."

- A Deputada entrega à jornalista a placa alusiva à data.

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Navarro Vieira) - Com a palavra, a Deputada Maria Olívia.

Palavras da Deputada Maria Olívia*

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cidadãos que se encontram nas galerias, representantes da imprensa: o escritor inglês Ken Follet, em seu livro "Os Pilares da Terra", remontando à Inglaterra da Idade Média, conta que um cidadão levava à feira fardos de lã para vender e recebeu 7 "pence" por fardo. Logo atrás, vinha uma mulher, com um produto bem melhor, mas só recebeu 3 "pence" por fardo. Alegação do comprador para pagar menos: "você é mulher".

Recentemente, o jornal "Estado de Minas", em 23/2/95, publicou matéria da antropóloga e escritora Gilda de Castro Rodrigues, com o título "O Poder É Macho". Nela, a escritora diz: "... o poder é uma categoria política e tem sexo, ou seja, ele é macho. Afinal, as mulheres constituem metade da humanidade, mas ocupam uma parcela insignificante das instâncias superiores da sociedade e da administração pública". Continua a matéria focalizando a opressão masculina na Suécia, nos EUA, na França e, especialmente, entre os muçulmanos. A dupla jornada de trabalho a que a maioria das mulheres está sujeita - o serviço fora e dentro do lar - associada ao desgaste físico das atividades relativas à reprodução colocam a mulher em situação de desigualdade quanto às oportunidades reais de ascensão ao poder.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: a história recente do Legislativo mineiro tem início na 1ª Legislatura, que ocorreu após a ditadura de Vargas, em março de 1947; hoje, cumprimos a 13ª Legislatura. O 1º Congresso Constituinte mineiro aconteceu em Ouro Preto, e a 1ª Constituição Republicana do Estado data de 7/4/1891. Em 22/4/1892, há mais de um século, iniciaram-se as sessões legislativas, que, àquela época, funcionavam no sistema bicameral, pois existia a Câmara dos Deputados Estaduais e o Senado de Minas Gerais, conhecido como "Senadinho", cuja sede era no prédio onde hoje funciona o Museu Mineiro, na Avenida João Pinheiro. Esses são dados que levantei para ilustrar o meu pronunciamento e para relembrar um pouco a história do Legislativo de Minas Gerais.

Srs. Deputados, nesses 48 anos, desde a 1ª Legislatura, passou por esta Casa quase um milhar de Deputados. Desses, pasmem, apenas nove, exatamente nove, são mulheres. É uma desproporção assustadora. Com base em dados pesquisados pelo Departamento de Consultoria e Pesquisa desta Casa, chegamos a esses números, que assustam e bem demonstram quanto as mulheres estão alijadas do centro das grandes decisões de nosso Estado. Em homenagem a essas ilustres Deputadas, peço vênias para citar seus nomes: Marta Nair Monteiro (1963-1967), Maria José Nogueira Penna (1963-1971), Júnia Marise Azeredo Coutinho (1975-1979), Vera Cruz Coutinho (1979-1982), Maria Elvira Salles Ferreira (1987-1994), Maria José Haueisen (1987 até hoje), Sandra Meira Starling (1987-1991), Elisa Maria Alves da Costa (1991-1995). A estas, soma-se, modestamente, o meu nome, como a 9ª Deputada eleita. Com a posse da Deputada Elbe Brandão, passamos

a ser 10; num universo de 1.000, somos 1% do Poder Legislativo. Tem razão a escritora Gilda de Castro Rodrigues - o poder, realmente, é macho.

Hoje é um dia muito importante para todas aquelas que lutam contra a discriminação a que a mulher é submetida. O Dia Internacional da Mulher é momento de reflexão; é tempo de retomada de consciência do real valor da mulher na construção da história da humanidade.

Eu tomo, nesta data, a figura e a pessoa da Deputada Maria José Haueisen como símbolo concreto da luta da mulher mineira por um lugar ao lado, e não atrás, dos homens que ajudam a construir nossa história. Esta homenagem reveste-se da maior importância quando constatamos ser Maria José a primeira parlamentar mineira a ocupar um cargo na Mesa Diretora desta Casa. Num breve relato de sua vida parlamentar, acrescento que ela se elegeu pela primeira vez em 1986, como suplente de Deputada Estadual Constituinte à 11ª Legislatura, assumindo, em 1989, a vaga deixada pelo Deputado Chico Ferramenta. Na Assembléia Legislativa foi suplente da Comissão de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Em 1990, foi reeleita para a 12ª Legislatura (1991-1994), ocasião em que ocupou a Vice-Presidência da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e a suplência da Comissão de Saúde e Ação Social. Novamente reeleita (1995-1998) para mais um mandato de quatro anos, a primeira mulher que ocupa um cargo na Mesa, o honroso posto de 2ª-Secretária. A você, Maria José, em nome de todas as mulheres mineiras, a minha homenagem no Dia Internacional da Mulher.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, encerro minhas palavras citando o trecho final da matéria de Gilda Rodrigues, que afirma: com a discriminação da mulher, "quem perde é o País, pois homens e mulheres são diferentes e ocupam espaços polarizados, tendo percepção dual do mundo e da sociedade. Num diálogo franco e no mesmo plano, ganharíamos todos e garantiríamos um futuro melhor para os nossos filhos". Muito obrigada.

Palavras da Deputada Maria José Haueisen*

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, senhores componentes da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores visitantes, senhores presentes nas galerias, funcionários desta Casa, já se disse, e eu repito, que, normalmente, a homenagem engrandece mais àquele que a presta do que àquele, ou àquela, que a recebe.

Quero agradecer, carinhosamente, à nossa companheira Maria Olívia, que fez um destaque tão elogioso à minha pessoa. Quero deixar bem claro que entendo, perfeitamente, que essa homenagem não é prestada apenas à Deputada Maria José, mas a todas as mulheres que, em todos os tempos, lutaram para conquistar direitos e para ocupar o seu espaço, a essas companheiras que abriram caminho, que sofreram para que um dia nós, mulheres, chegássemos também à Assembléia Legislativa, ocupando até um lugar na Mesa Diretora.

Recebi, hoje, um cartão que gostaria de ler para os senhores: (- Lê:) "Cara colega, o Dia Internacional da Mulher é muito especial porque nos remete às conquistas sociais já alcançadas e firma a necessidade de renovar energias para uma luta que ainda continua." Muito obrigada, Deputado Olinto Godinho. Concordo perfeitamente com suas palavras. Nossa luta começa a partir da hora em que temos consciência da opressão.

Considero ser o Dia da Mulher especial para que nos conscientizemos do que é opressão e exploração de qualquer ser humano. Creio que não é por coincidência, ou por acaso, que somente os oprimidos têm seu dia. Existe, por exemplo, o dia da mulher, e não, o dia do homem. Os homens têm 364 dias. Desculpem-me os nossos amigos e companheiros. Há o dia da criança, e não, o do adulto; o dia do negro, e não, o do branco; o dia do índio, e não, o do chamado homem civilizado; o dia do bancário, e não, o do banqueiro; o dia do trabalhador rural, e não, o do latifundiário e, assim, de tantos e tantos oprimidos, que também têm seu dia. Essa é a oportunidade que os oprimidos têm, não apenas para festejar, mas para tomar consciência de que seu espaço tem que ser conquistado.

Essa opressão que nós mulheres sofremos não vem acontecendo de uns tempos para cá. Ela é milenar. Lembremo-nos, por exemplo, dos gregos. Na Grécia, berço da democracia, os homens se reuniam em praças. Os cidadãos discutiam e faziam leis. As mulheres ficavam no gineceu. Quando havia festas - e eles eram dados a festas - as mulheres preparavam o banquete para o qual só iam os homens e as prostitutas. As esposas ficavam trancafiadas no fundo do gineceu, sinal de que não tinham prestígio nem junto àqueles que foram considerados os iniciadores da democracia.

Na verdade, entre os hebreus, povo eleito de Deus, povo que começou a trabalhar pela libertação, a situação da mulher não era diferente. Quando lemos o "Gênese", primeiro livro da Bíblia, na parte em que se fala da criação, encontramos o seguinte: "não cobiçarás a casa de teu próximo, o boi de teu próximo, a mulher de teu próximo, o escravo de teu próximo, as coisas de teu próximo". Significa que a mulher ou o escravo estavam no meio das coisas do homem. Portanto, não havia o menor respeito pelas mulheres.

Já no Novo Testamento, encontramos o apóstolo Paulo, que lutou, sofreu e morreu pela

libertação, ainda imbuído de uma consciência machista, pois segundo ele "o homem foi criado para a glória de Deus, e a mulher foi criada para a glória do homem". E mais: "Na assembléia, a mulher fique em silêncio. Se não entender alguma coisa que for falado na assembléia, deixe para perguntar em casa ao seu marido". O apóstolo Paulo nem levava em consideração que a mulher poderia ser mais inteligente que aquele homem. Ela deveria permanecer em silêncio na assembléia. Felizmente, esse tempo de opressão e de escravidão já está passando. Não vamos dizer que tudo são flores. Ouvimos, aqui, a desproporção que há entre o número de homens e de mulheres que passaram por esta Assembléia. Sabemos que, em muitos trabalhos, as mulheres estão exercendo os mesmos ofícios dos homens, e, muitas vezes, ganhando menos, em desrespeito à Constituição Federal. Nossa luta é presente e permanente. Nunca vamos conquistar e conseguir todos os direitos de uma só vez. É preciso que haja uma mudança de mentalidade; e esta perpassa gerações até que seja mudada. Estamos, através de nossas companheiras, lutando há milênios. Estamos conseguindo e avançando, mas é preciso que caminhemos muito mais.

Parabéns a todas as nossas companheiras, mulheres, em qualquer lugar que estejam, de qualquer profissão, pela luta e garra pela conquista daqueles que são nossos direitos.

Parabéns aos nossos companheiros, aos homens que reconhecem o direito que é de todos, para todos e que deve também ser estendido às mulheres, às crianças, aos negros e a todos os oprimidos.

Parabéns a todos que lutam pela democracia e pela liberdade.

Muito obrigada pela homenagem que recebemos neste dia e pelo incentivo que temos recebido para que possamos continuar nossa luta.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Marília Machado, que fará a leitura da mensagem enviada pela Sra. Heloísa Azeredo, esposa do Governador Eduardo Azeredo.

Leitura da Mensagem da Sra. Heloísa Azeredo

A Sra. Marília Machado - Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, demais autoridades presentes, senhoras e senhores. (- Lê:)

******"Impossibilitada de comparecer à comemoração do Dia Internacional da Mulher, transmito à Assembléia Legislativa, em especial à Deputada Elbe Brandão, meus sinceros cumprimentos por esta oportuna solenidade. Creio que, mais do que um dia de comemoração, o 8 de março é um momento de reflexão sobre a situação das mulheres no mundo e, particularmente, no Brasil e em nosso Estado. Por mais conquistas que a incansável luta iniciada pelas heroínas de Chicago já tenha alcançado, ainda há muita coisa por fazer, principalmente para aquelas mulheres que conhecem a dura rotina do dia-a-dia, de ter que conciliar o trabalho, quando existe, com as tarefas de mãe e dona-de-casa. É para essas mulheres que devem estar voltados o nosso esforço e as nossas preocupações.

No SERVAS, através de um trabalho voluntário, busca-se amenizar as carências que a sociedade tenta erradicar de forma definitiva. O apoio que a entidade presta às creches e aos asilos é uma pequenina parte do muito que deve ser feito.

Nesta oportunidade, presto minha homenagem a todas as mulheres e, em especial, à mulher trabalhadora que, além de lutar por salário e boas condições de vida, se esforça para obter o primordial: sua dignidade."

Palavras da Sra. Maria Jaqueline Nogueira Lima*

Sr. Presidente, demais membros da Mesa e autoridades presentes, estou aqui representando o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher da UFMG e venho falar-lhes a respeito da violência de gênero, que é objeto de estudos desse Núcleo.

A questão da maior ou menor violência de gênero está ligada, na sociedade brasileira, especificamente, a padrões culturais, que demonstram uma dominância bastante acentuada e solidificada do universo masculino sobre o feminino. Não é só violência física, mas também psicológica. A violência exercida pelo homem contra a mulher é constatada desde tempos bem antigos e demonstra que o homem, durante sua socialização, é diretamente forçado, vamos dizer assim, a exercer um certo poder, desde a infância, enquanto a mulher sofre uma socialização de maneira a se tornar frágil, dócil e submissa aos desejos do sexo oposto.

Estamos trabalhando no Núcleo, especificamente, com a violência denunciada e percebemos que, embora esse tipo de dominação já devesse estar expurgado da nossa sociedade, ele continua aparecendo, e muito. As opiniões de pesquisadores conceituados é a de que a questão da violência está diretamente vinculada ao fator educacional. Assim sendo, o Núcleo está desenvolvendo um projeto que será realizado a partir de um levantamento das ocorrências nas delegacias e no Judiciário, com o objetivo de tentar formular políticas públicas, que serão encaminhadas aos órgãos competentes dos Governos Federal e Estadual, para que haja maior preocupação com a questão educacional.

Entendemos que, quando houver uma tentativa, dentro da socialização primária, de se modificar esse quadro que coloca a mulher como submissa e dócil, quando houver uma educação mais igual para meninos e meninas, será possível fazermos uma desconstrução

desse quadro, em que a mulher tem que ser frágil e submissa, e o homem, dominador.

Isso influi muito na questão do homem dominador, a partir do momento em que percebemos que, na década de 70, especificamente, começa a existir um movimento de liberação feminina, provocando uma ida maior da mulher ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, maior competitividade entre os dois sexos. O que estamos percebendo é que o homem não está aceitando esse processo de mudança. Ele não consegue conter sua agressividade natural. Quando isso ocorre, essa agressividade acaba em agressão física. As ocorrências maiores que percebemos lá na Delegacia de Crimes contra a Mulher são ameaças, lesões corporais e estupro.

As mulheres estão, hoje, conseguindo abandonar um pouco o mito da submissão. A gente percebe que ainda vigora o modelo de educação antiga, modelo da submissão feminina. O que queremos é trabalhar essa questão da educação.

Não pretendo estender-me muito. Só queria deixar registrado aqui o meu protesto com relação a essa escalada da violência que está acontecendo em Minas Gerais. Esperamos que haja mais justiça e que a justiça realmente funcione nos casos de crimes contra mulheres, pois o sexo masculino tem respaldo do Judiciário a partir do momento em que há impunidade para eles.

É necessário que os crimes contra as mulheres sejam tratados com mais seriedade: ameaças, lesões corporais e estupros têm que ser encarados com seriedade, e que haja punição, porque essa impunidade só legitima esses crimes. Isso tem que acabar, e é através da educação que vamos desencadear as mudanças nessa relação tão conturbada.

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - Com a palavra, a Sra. Maria Izabel, representante do Movimento Autônomo de Mulheres.

Palavras da Sra. Maria Izabel*

Srs. Deputados, autoridades, pessoas presentes, uma saudação inicial às Deputadas Maria José, Maria Olívia e Elbe Brandão. O Movimento da Mulher participa hoje de diferentes manifestações pelo Dia Internacional da Mulher. Estamos lançando uma cartilha em defesa dos direitos constitucionais da mulher - que ainda vou distribuir - por acharmos que esses direitos estão sendo ameaçados com a nova proposta feita pelo Governo para a reforma constitucional.

Esses direitos se encontram severamente ameaçados, portanto, solicitamos, em cada fórum - e em especial este aqui - empenho e esforço para lutar por direitos já adquiridos há tanto tempo. Neste espaço, privilegiado por um movimento popular, não abro mão de solicitar aos presentes e aos parlamentares mineiros um cuidado muito grande na leitura da Constituição Mineira e o empenho desses Deputados para que façam cumprir essa Constituição, tomando medidas concretas a fim de que os direitos da mulher prevaleçam. Na Constituição Estadual temos garantidos direitos que nos facilitaríamos muito o nosso dia a dia, como creches, albergues para mulheres vítimas de violência, etc. As creches estão contempladas na Constituição Mineira em dois aspectos: no da educação, cobrindo todas as crianças na faixa de 0 a 8 anos, e dando concessão ao mercado de trabalho da mulher, prestando, neste caso, apoio à mulher que trabalha.

No fórum de hoje, não podemos deixar de fazer essa solicitação, pedindo um esforço dos Srs. Deputados para o cumprimento da Constituição Estadual. Agradeço a oportunidade e saúdo todas as mulheres presentes. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Santos Moreira.

Palavras do Sr. Santos Moreira*

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, ilustres personalidades, principalmente do mundo feminino, Srs. Deputados, pessoas presentes, no Dia Internacional da Mulher, convocado que fui para comparecer a esta Assembléia, faço-o pela primeira vez e com a maior satisfação possível, trazendo as minhas homenagens à mulher. Essas homenagens ficam depositadas de forma generalizada nas ilustres representantes da mulher mineira aqui presentes e são voltadas a todas as mulheres neste seu dia internacional.

No que diz respeito, especificamente, à minha área, qual seja, a segurança pública, devo esclarecer, principalmente nesta data, que, ao assumir a Secretaria de Estado da Segurança Pública, adotei providências imediatas para mudar um quadro que considero dramático, a saber, o do crime de estupro. É um crime que não podemos ignorar e não vamos conviver com ele em Minas Gerais. Hoje, já posso dizer e anunciar que, em razão das medidas que esclarecerei mais adiante, temos um nível de apuração já bastante sensível nas duas últimas semanas.

A Delegacia de Furtos e Roubos nos apresentou um relatório de apuração de nove casos; o Departamento de Investigações, cinco casos; e a Delegacia Especializada da Mulher tem feito trabalho incansável nessa área. Colocamos não só a Delegacia Especializada da Mulher mas também a Polícia, como um todo, no trabalho para acabar de vez com esse delito no seio da nossa comunidade.

As primeiras providências dizem respeito a um cadastro especial, em um computador, em que estamos cadastrando todos os autores ligados à tentativa ou prática de crimes

contra os bons costumes. Através desse cadastro e do trabalho específico de cada um o universo em áreas determinadas de Belo Horizonte, passa a ser menor com a investigação. Com isso, estamos obtendo resultados altamente positivos.

No que diz respeito à estatística alarmante de ser Minas Gerais, hoje, o Estado detentor da triste posição de ser o lugar onde se pratica o maior volume de delitos, ou seja, onde há o maior índice de violência contra a mulher, assumo um compromisso: ou vou provar que essas estatísticas não são reais, não refletem o espírito do povo mineiro, ou vou acabar de vez com essa prática em Minas Gerais.

Na realidade, o que ocorre é que Minas é atenta, como sempre, a tudo que diz respeito a seus compromissos públicos. Um pouco melhor aqui, um pouco pior ali, mas somos um Estado atento às nossas responsabilidades. Temos em Minas Gerais, na área de Segurança Pública, uma delegacia especializada de crimes contra a mulher que é ativa, bem estruturada. Além dessa delegacia, temos várias outras nas regionais, como também temos um sistema de informações policiais que é bem mais complexo do que em grandes áreas do País, em outros Estados. Essa é a razão por que registramos e fazemos consignar em nossos cadastros, em nossas estatísticas, uma situação mais realista. Todos os fatos são registrados, o que nos coloca numa situação de desconforto diante do quadro geral. O que ocorre aqui não acontece em outros Estados da Federação, em que esses dados estatísticos não são tão completos como em Minas. Por isso é que disse que vou provar - e é preciso que se prove -, que Minas Gerais deu esse exemplo público de posição ímpar no contexto da Federação. Ou vamos provar que os fatos não são reais, ou vamos acabar de vez com essa prática. Para isso providências não vão faltar. Para isso, assumo o compromisso público de adotar todas as providências. Devo dizer mais, para não ser muito extenso, que tudo passa por um conjunto de medidas ligadas à segurança pública, em que a prevalência da Polícia Judiciária há de mudar não só esse quadro de violência específica contra a mulher mas todo o quadro de violência que afeta e fere excessivamente a mulher.

Não constam das estatísticas os assaltos às residências, que impõem às esposas, filhos, empregadas domésticas situações constrangedoras. Esta é uma situação realmente de violência contra a mulher, pois, na maioria dos casos, o homem está no trabalho e a mulher em casa, sendo submetida a esse tipo de violência. É com esta violência que queremos acabar. Através do combate a esta violência, queremos modificar esse quadro estatístico.

Outro aspecto ligado à violência contra a mulher - que não vamos admitir, e providências estão sendo adotadas - é o fato de a mulher ser assaltada em plena rua. Seus colares são arrancados em busca do ouro, menores e maiores promovem esses assaltos. Isso tudo é violência inadmissível contra a mulher.

Esse quadro de violência específica, de agressões pessoais, tem uma origem que está na segurança pública. Essa origem está na prostituição, que avilta a mulher. Esta é a maior violência a que a mulher é submetida. É nos prostíbulos, nos bares, que advém o maior nível de agressão à mulher. Nós vamos adotar providências num todo, de forma a dar à comunidade mineira essa segurança.

Tudo isso as senhoras e os senhores não de entender que passa, necessariamente, por um conjunto de medidas tais como a mudanças da mentalidade das pessoas, uma nova imagem policial, a inserção do policial dentro do contexto social, que é fundamental e importante. Não queremos que os nossos policiais, os nossos detetives sejam acusados de violência. Nós os queremos como homens íntegros, aceitos no contexto social, porque a polícia é segurança e ela é fundamental para a paz social e o desenvolvimento econômico de que o Estado necessita para a produção de bens e riquezas, para o trabalho e para a paz social.

Então, no Dia Internacional da Mulher, com o meu testemunho, diante deste fórum privilegiado que é a Assembléia Legislativa, diante das mais altas autoridades aqui presentes, reitero: na segurança pública, num todo, somos todos iguais. Vamos promover, muito em breve, a melhoria dessas questões e, conseqüentemente, Minas não figurará mais, vergonhosamente, nessa estatística segundo a qual é o Estado que tem o maior índice de violência contra as mulheres. Vamos esclarecer definitivamente os fatos. Muito obrigado.

Fui convocado aqui, novamente, para esclarecer que já determinamos o plantão de 24 horas na Delegacia de Mulheres, para que ela possa atender a todos os casos afetos à mulher. Vamos, também, proporcionar a todo o pessoal dessa delegacia uma reciclagem na Academia de Polícia para que possam fazer um trabalho rápido e a resposta à sociedade possa ser, imediatamente, transmitida. Muito obrigado.

Entrega de Placas Alusivas ao Evento

O Sr. Presidente - Esta Presidência quer, na pessoa de duas mulheres, homenagear todas a mulheres mineiras. Vou ler uma das placas que será entregue. (- Lê:)

"A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais presta homenagem à Senadora Júnia Marise por acreditar que as montanhas de Minas são, hoje, um horizonte aberto às mulheres, resultado do trabalho daquelas que fazem a história política do nosso Estado."

"A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais presta homenagem à Delegada Elaine Matozinhos pelo seu exemplo de força, garra, caráter e dignidade na luta pela mulher."

- Faz-se a entrega das placas.

Palavras do Sr. Presidente

Os relatos da mitologia contam que havia na Terra um ser extremamente forte, inteligente e ágil. Tal criatura ameaçou tomar de assalto o Olimpo e ocupar o lugar dos deuses. Zeus, por castigo, medo ou inveja, dividiu-a em duas, marcando, assim, cada parte com o signo da incompletude. Por isso, homem e mulher vivem a buscar-se através dos séculos, procurando, cada um no outro, a porção que falta para restaurar aquela entidade apta a escalar a morada divina e habitar os céus.

Às vésperas do terceiro milênio, gostaríamos de estar celebrando hoje a queda da maldição de Zeus. Gostaríamos de estar exaltando um tempo em que o feminino e o masculino tivessem aprendido a articular suas diferenças não na monotonia de uma igualdade plana e rasa, mas na riqueza de uma síntese perfeita, que faria a glória do gênero humano. Queríamos estar assistindo ao nascimento de uma nova humanidade, em que homem e mulher, vocacionados, da mesma forma, à perfeição e à realização plena, tivessem encontrado, em um relacionamento equilibrado e em uma parceria sincera, os caminhos da paz e da justiça. Queríamos estar aqui apenas para homenagear as extraordinárias parceiras, sobre as quais repousa a maior parte de nossas esperanças em um mundo sem guerras, sem fome, sem miséria social. Que não houvesse mais a necessidade de um Dia Internacional da Mulher, mas que todos os dias fossem dela, dias de fraternidade e plenitude.

Sabemos, entretanto, muito bem que o 8 de março é, antes de tudo, um dia de luta. Os números da violência contra a mulher que nos foram apresentados, hoje, neste Plenário, são inquietantes. O quadro da discriminação profissional e da opressão patriarcal que teima em persistir agride nossa consciência de homem público. O berço de Tiradentes, que é também a terra de Bárbara Heliadora e de Marília de Dirceu, não pode conviver com realidades como as que nos foram lembradas aqui. Minas, que é mulher até no nome, tem que reagir. É chegada a hora: as lideranças deste Estado têm o dever de se mobilizar imediatamente, numa grande cruzada, para fazer de todas as mineiras, sem distinção, cidadãs, na plenitude da expressão.

Esta Casa, ao prestar homenagem à trabalhadora, à mãe, à esposa, às milhares de heroínas anônimas, que são mestras no ofício de sobreviver e resistir, quer fazer também público seu compromisso com a causa feminina. Na dimensão da parceria com a sociedade, atitude que tem marcado a vida da Assembléia de Minas na última década, a instituição quer ser o espaço privilegiado, a trincheira avançada da luta pela dignidade da condição feminina. Temos a firme convicção de que está nascendo uma nova consciência e de que não tarda o tempo em que a mulher conquistará definitivamente as condições para um exercício mais pleno da cidadania.

* - Sem revisão do orador.

** - Publicado de acordo com o texto original.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Esta Presidência agradece a presença das autoridades e dos convidados e reabre os trabalhos ordinários.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada ao Pequeno Expediente, a Presidência passa à 2ª parte da reunião, com a 1ª fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - A Presidência, verificando, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos, encerra a reunião e convoca os Deputados para a extraordinária de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária deliberativa de amanhã, dia 9, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada pelo Sr. Presidente é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO PREPARATÓRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Às nove horas do dia vinte e três de fevereiro de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Santanna, Geraldo Nascimento, Marcelo Gonçalves, Romeu Queiroz e Glycon Terra Pinto (substituindo este ao Deputado Antônio Genaro, por indicação da Liderança do PP), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Geraldo Santanna, declara

aberta a reunião e esclarece que ela se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão. A Presidência solicita que seja feita a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Marcelo Gonçalves para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos Presidente o Deputado Geraldo Santanna, com cinco votos, e Vice-Presidente o Deputado Simão Pedro Toledo, também com cinco votos. Na condição de Presidente "ad hoc", o Deputado Geraldo Santanna informa que, tendo em vista a ausência do Vice-Presidente eleito, Deputado Simão Pedro Toledo, a posse dos eleitos dar-se-á na próxima reunião. A seguir, o Deputado Geraldo Nascimento solicita a palavra e faz um protesto contra a colocação de "blindex" nos Plenários. O Presidente solicita que as palavras do Deputado sejam registradas em ata. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente agradece a presença dos Deputados, solicita que seja lavrada a ata, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 1995.

Geraldo Santanna, Presidente - Simão Pedro Toledo - Arnaldo Penna - Geraldo Nascimento - Marcelo Gonçalves.

ATA DA REUNIÃO PREPARATÓRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA

Às nove horas do dia vinte e três de fevereiro de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Álvaro Antônio, Anivaldo Antônio e Bilac Pinto, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Álvaro Antônio, declara abertos os trabalhos e informa que não há ata a ser lida por ser esta a reunião preparatória da Comissão, destinada a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a estabelecer o dia e o horário das reuniões da Comissão. A seguir, determina sejam distribuídas as cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Anivaldo Antônio para atuar como escrutinador. Realizada a votação, o escrutinador anuncia o seguinte resultado: para Presidente, o Deputado Álvaro Antônio, com três votos, e para Vice-Presidente, o Deputado Bilac Pinto, com três votos. Logo após, o Presidente "ad hoc" dá posse ao Vice-Presidente eleito, Deputado Bilac Pinto, que, por sua vez, empossa o Presidente eleito, Deputado Álvaro Antônio. Este agradece a escolha de seu nome e tece comentários a respeito dos trabalhos a serem desenvolvidos pela Comissão. O Deputado Anivaldo Antônio solicita seja registrado na ata destes trabalhos seu voto de protesto pela colocação de "blindex" nas salas de reuniões das Comissões. A Presidência defere a solicitação. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares e convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária a ser realizada em dia e horário a serem definidos, determina que se lave a ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 1995.

Álvaro Antônio, Presidente - Bilac Pinto - Anivaldo Antônio.

ATA DA REUNIÃO PREPARATÓRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e três de fevereiro de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Glycon Terra Pinto, Romeu Queiroz, Geraldo Rezende, Miguel Martíni e Geraldo Nascimento (substituindo este ao Deputado Marcos Helênio, por indicação da Liderança do PT), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Glycon Terra Pinto, declara abertos os trabalhos e informa que não há ata a ser lida por ser esta a reunião preparatória da Comissão, destinada a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a estabelecer o dia e o horário das reuniões. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Romeu Queiroz para atuar como escrutinador. Realizada a votação, o escrutinador anuncia o seguinte resultado: para Presidente, o Deputado Miguel Martíni e para Vice-Presidente, o Deputado Romeu Queiroz, ambos com cinco votos. Logo após, o Presidente "ad hoc", Deputado Glycon Terra Pinto, dá posse ao Vice-Presidente eleito, Deputado Romeu Queiroz, que, por sua vez, empossa o Presidente eleito, Deputado Miguel Martíni. Este agradece a escolha do seu nome. Ato contínuo, sugere que as reuniões ordinárias da Comissão sejam realizadas às quintas-feiras, às 9 horas, proposta que é acatada pelos membros presentes. Logo após, o Deputado Geraldo Nascimento faz uso da palavra para apresentar voto de protesto pela instalação de "blindex" nas salas onde são realizadas as reuniões das Comissões. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a 1ª Reunião Ordinária, a se realizar no dia e no horário já estabelecidos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 1995.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Geraldo Rezende - Marcos Helênio - Alencar da Silveira Júnior - Clêuber Carneiro - Miguel Martíni.

ATA DA REUNIÃO PREPARATÓRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Às dez horas do dia vinte e três de fevereiro de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dinis Pinheiro, Gil Pereira, Geraldo Nascimento e Geraldo Rezende (substituindo os dois últimos, respectivamente, aos Deputados Marcos Helênio, por indicação da Liderança do PT, e Antônio Andrade, por

indicação da Liderança do PMDB), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Gil Pereira, declara abertos os trabalhos e informa que não há ata a ser lida, por ser esta a reunião preparatória da Comissão destinada a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a estabelecer o dia e o horário das reuniões da Comissão. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Dinis Pinheiro para atuar como escrutinador. Realizada a votação, o escrutinador anuncia o seguinte resultado: para Presidente, é eleito o Deputado Marcos Helênio, e, para Vice-Presidente, o Deputado Dinis Pinheiro, ambos com quatro votos. Logo após, o Presidente "ad hoc" dá posse ao Vice-Presidente eleito, Deputado Dinis Pinheiro. Nessa oportunidade, o Presidente "ad hoc" registra a presença do Deputado Marcos Helênio, membro efetivo desta Comissão. O Vice-Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, por sua vez, empossa o Presidente eleito. O Deputado Marcos Helênio agradece a escolha de seu nome. O Deputado Geraldo Nascimento solicita seja registrado na ata destes trabalhos seu voto de protesto pela colocação de "blindex" nos Plenarinhos de reuniões de comissões. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece o comparecimento dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, em dia e horário a serem definidos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 1995.

Marcos Helênio, Presidente - Dinis Pinheiro - Olinto Godinho - Gil Pereira - Geraldo Rezende.

ATA DA REUNIÃO PREPARATÓRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e três de fevereiro de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Hannas, Carlos Pimenta e Marco Régis, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Jorge Hannas, declara abertos os trabalhos e informa que não há ata a ser lida por ser esta a reunião preparatória da Comissão, destinada a eleger o Presidente e o Vice-Presidente. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Marco Régis para atuar como escrutinador. Realizada a votação, o escrutinador anuncia o seguinte resultado: para Presidente, o Deputado Carlos Pimenta, e, para Vice-Presidente, o Deputado Marco Régis, ambos com três votos. Logo após, o Presidente "ad hoc" dá posse ao Vice-Presidente eleito, Deputado Marco Régis, que, por sua vez, empossa o Presidente eleito, Deputado Carlos Pimenta. Este agradece a escolha de seu nome. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a 1ª Reunião Ordinária, a se realizar no dia e no horário a serem estabelecidos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 1995.

Carlos Pimenta, Presidente - Luiz Antônio Zanto - Marco Régis - Jorge Eduardo de Oliveira.

ATA DA REUNIÃO PREPARATÓRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

Às quinze horas do dia vinte e três de fevereiro de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Ronaldo Vasconcellos, Ivo José e Maria Olívia (substituindo esta ao Deputado Marcelo Cecé, por indicação da Bancada do PTB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente "ad hoc", Deputada Maria Olívia, declara aberta a reunião e esclarece que sua finalidade é eleger o Presidente, o Vice-Presidente e programar os trabalhos da Comissão. Em seguida, determina que sejam distribuídas as cédulas de votação e designa para atuar como escrutinador o Deputado Ronaldo Vasconcellos. Recolhidas as cédulas e apurados os votos, são eleitos, para Presidente, o Deputado Ivo José, e para Vice-Presidente, o Deputado Ronaldo Vasconcellos, ambos com três votos. Em seguida, a Presidente "ad hoc" empossa o Presidente eleito, que agradece a confiança nele depositada e, após, o Presidente empossa o Vice-Presidente. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária em dia e horário a serem determinados, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 1995.

Ivo José, Presidente - Marcelo Cecé - Antônio Roberto.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE O VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI

Nº 12.539

Comissão Especial
Relatório

Por meio da Mensagem nº 564/95, o Governador do Estado comunicou a esta Casa a oposição de veto total à Proposição de Lei nº 12.539, que obriga o poder público a fornecer gratuitamente aos usuários os formulários, as guias e os impressos utilizados na prestação de serviços.

Nos termos regimentais, foi a matéria publicada e submetida a esta Comissão Especial para receber parecer.

Fundamentação

Conforme se pode inferir da mensagem enviada a esta Casa, a proposição em exame foi objeto de veto em face da imprecisão ali presente.

De fato, esclarece a mencionada mensagem que é gratuito o fornecimento de formulários, guias e impressos "que reivindicam direitos ou interesses perante repartições da administração pública estadual".

Acrescentaríamos, também, que o fornecimento gratuito de formulários, impressos e guias pode acarretar um uso perdulário de tais materiais, onerando demasiadamente o poder público.

Finalmente, lembraríamos que o termo gratuito pode levar as pessoas a perder a noção de que aquele gasto foi efetivado com recursos arrecadados por intermédio de tributos. Na medida em que tais recursos são os mesmos que iriam ser usados para escolas ou hospitais, muito mais difícil se torna avaliar se devem ou não tais formulários ser entregues gratuitamente.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela manutenção do veto total à Proposição de Lei nº 12.539.

Sala das Comissões, 8 de março de 1995.

Miguel Barbosa, Presidente - Dinis Pinheiro, relator - Alberto Pinto Coelho - Jorge Eduardo de Oliveira.

PARECER SOBRE O VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI

Nº 12.555

Comissão Especial
Relatório

A proposição de lei em exame cria o Programa Mineiro de Incentivo ao Folclore e ao Artesanato - Pró-Arte.

Encaminhada a matéria à sanção governamental, o Chefe do Poder Executivo, no uso da atribuição que lhe confere o art. 90, III, c/c o art. 70, II, da Constituição do Estado, opôs-lhe veto total, devolvendo-a a esta Casa, para apreciação do veto, em cumprimento à norma constitucional.

Cabe, agora, a esta Comissão, emitir parecer sobre o veto, na forma regimental.

Fundamentação

Conquanto tenha reconhecido que a iniciativa do autor foi inspirada por motivos altamente meritórios, o Governador negou sua sanção à Proposição de Lei nº 12.555, alegando razões de interesse público e apontando a inadequação de se dar tratamento legal comum a manifestações da cultura popular distintas entre si por várias características, necessidades e formas de se expressar.

Acresceu, ainda, o Governador, em sua argumentação, que a extensão atribuída pela proposição ao programa, no que toca especialmente ao artesanato, "coloca-o nas fronteiras de uma produção econômica, deslocando-o da área restrita da cultura para inseri-lo no âmbito da pequena e média empresa", ou seja, criando, com isso, questões de natureza econômica e fiscal mais complexas, cujos limites estariam além do texto apresentado.

Por sua vez, a Secretaria de Estado da Cultura já vem apoiando as diferentes manifestações da cultura popular, por meio de programas específicos que visam a incentivar e a preservar as manifestações culturais do Estado.

Consideramos procedente a argumentação apresentada pelo Chefe do Poder Executivo, colocando-nos, portanto, de acordo com o veto total à proposição de lei examinada.

Conclusão

"Ex positis", somos pela manutenção do veto total à Proposição de Lei nº 12.555.

Sala das Comissões, 8 de março de 1995.

Leonídio Bouças, Presidente - Miguel Barbosa, relator - Jorge Eduardo de Oliveira - Gil Pereira.

PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI

Nº 12.580

Comissão Especial
Relatório

O Governador do Estado, no uso de atribuição que lhe confere o art. 90, VIII, c/c o art. 70, II, da Constituição mineira, opôs veto parcial à proposição de lei em epígrafe, que fixa o valor do soldo da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais,

altera os símbolos dos cargos de provimento em comissão de direção superior e dá outras providências.

Por meio da Mensagem nº 561/95, o Chefe do Poder Executivo encaminhou as razões do veto para serem examinadas pelo Poder Legislativo, conforme dispõe o art. 70, § 3º, da Constituição Estadual.

Publicada em 7/1/95, a matéria foi distribuída a esta Comissão Especial para, nos termos do art. 234, c/c o art. 112, I, "b", do Regimento Interno, receber parecer.

Fundamentação

O veto oposto pelo Governador do Estado incide sobre o § 2º do art. 7º da Proposição de Lei nº 12.580. Trata-se de matéria relativa a gratificações de servidores públicos da área de ciência e tecnologia, tendo sido introduzida na legislação por meio de emenda parlamentar.

A negativa de sanção é fundamentada em razões de interesse público, pois, a prevalecer o parágrafo vetado, seria configurada exceção no tratamento concedido na matéria aos demais servidores públicos estaduais.

São corretas as razões do Governador do Estado. Os Decretos nºs 36.014 e 36.015, de 9/9/94, complementando as novas diretrizes para a política de pessoal no Estado, procuram fixar vencimentos compatíveis, na medida do possível, com os diversos cargos da administração direta e indireta. Esses vencimentos incorporam, em seus novos valores, as diversas gratificações então existentes, que, por isso, são extintas. Dessa forma, ao excluir da incorporação as vantagens decorrentes da aplicação do disposto no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.324, de 20/12/90, o artigo vetado estabelece exceção na regra geral, dando, até mesmo, margem a interpretações equivocadas, no sentido de que poderiam ser mantidas concomitantemente as tabelas constantes nos decretos citados e as gratificações mencionadas, numa duplicidade inaceitável, pois elevar-se-ia a despesa prevista no projeto original, contrariando, assim, o art. 68, I, da Carta mineira.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela manutenção do veto parcial oposto à Proposição de Lei nº 12.580.

Sala das Comissões, 8 de março de 1995.

Sebastião Costa, Presidente - Jorge Eduardo de Oliveira, relator - Gil Pereira.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI

Nº 2.154/94

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 2.154/94 autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Capinópolis.

Aprovado o projeto no 1º turno, sem emendas, cabe a esta Comissão apreciar novamente a matéria, sob a ótica da fiscalização financeira e orçamentária.

Fundamentação

Reiteramos o parecer emitido, no 1º turno, por esta Comissão, por estarem preservados os interesses econômico-financeiros do Estado, não lhe cabendo nenhum ônus quanto às despesas de lavratura da escritura de doação, nos termos do art. 2º do projeto. Além disso, se no prazo de três anos não for instalada a unidade educacional no Município, o imóvel reverterá ao patrimônio do Estado.

Conclusão

Diante do exposto, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.154/94 no 2º turno.

Sala das Comissões, 9 de março de 1995.

Miguel Martini, Presidente - Geraldo Rezende, relator - Alencar da Silveira Júnior - Marcos Helênio - Cléuber Carneiro - Glycon Terra Pinto.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 2/3/95

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, dois assuntos me trazem hoje à tribuna. Em primeiro lugar, gostaria de fazer um apelo, para tentar sensibilizar os Deputados para as questões que vamos abordar.

Tenho certeza de que não só a Bancada do Partido dos Trabalhadores mas também a

maioria dos parlamentares têm grande preocupação com uma obra que é extremamente importante para o Estado de Minas Gerais mas vem atravessando, nesses últimos meses, dificuldades e problemas. Estou me referindo à Rodovia BR-381. Não podemos ficar passivos em relação a isso, principalmente agora, neste período de carnaval.

Um outro assunto que quero abordar é que, lamentavelmente, Minas Gerais quebrou um recorde: foi um dos Estados onde o índice de acidentes nas rodovias foi dos mais altos do Brasil, inclusive com número de mortes surpreendente. Segundo dados da polícia, tivemos, neste carnaval, um aumento de três vezes no número de acidentes, inclusive nos fatais, nas rodovias de Minas Gerais.

Então, há necessidade de tomarmos algumas providências. É necessária a recuperação urgente das rodovias do Estado, de forma geral. Na minha região, temos alguns trechos em reforma, mas a grande maioria das estradas continua com problemas seriíssimos. A ligação Uberlândia-Araxá, onde passo praticamente toda semana, tem buracos enormes e os acidentes são provocados pela má conservação. A ligação Uberlândia-Patrocínio é impraticável em alguns trechos.

Gostaríamos de fazer um apelo ao Governo e às lideranças: cobrar do Governo providências urgentes com relação a essa situação que existe nas nossas rodovias, porque não é mais possível assistirmos a acidentes e mais acidentes sem nos sensibilizar. Tenho certeza de que há uma preocupação geral desta Casa com relação a essa questão.

Com relação à BR-381, o jornal "Diário da Tarde" de hoje mostra o Governo dizendo que, nos próximos 10 dias, vai fechar acordo com as empreiteiras. Tenho ouvido e visto essas conversas, tanto nas entrevistas do Governo Hélio Garcia quanto no Governo Azeredo, há mais de 6 meses, e o acordo nunca acontece, e as obras continuam paralisadas.

Além disso, o jornal "Hoje em Dia" traz uma grande entrevista, na pág. 5, com o Diretor do DNER, o ex-Deputado Tarcísio Delgado, que demonstra sua grande preocupação e a intenção do Governo de não aceitar rever os reajustamentos dos contratos. A iniciativa privada é muito gozada; a ineficiência é sempre do setor público, que é incompetente. Quando eles erram grosseiramente, como fizeram, não querem assumir o ônus do seu erro e querem que o Estado banque isso. É muito fácil ser competente desse jeito: na hora que acontece o erro, o Estado vem e cobre e a iniciativa privada sai como perfeita.

Na parte de economia do jornal "Estado de Minas", do dia 26 de fevereiro, há uma longa matéria mostrando áreas da BR-381 com buracos enormes. O grande canteiro de obras, que deveria existir nessas áreas, hoje está paralisado.

A sugestão que gostaríamos de deixar é que a Assembléia Legislativa pudesse, não de maneira formal, ir até a BR-381. Temos o microônibus da Assembléia e poderíamos levar uma comissão de Líderes e Deputados, não só de Deputados da região do Sul de Minas mas de todos os Deputados, para que possamos ver, rapidamente, qual é a situação da BR-381, principalmente o canteiro de obras paralisado.

Segundo dados do próprio Governo, nos próximos 10 anos, teríamos ali a aplicação de mais de 10 bilhões de dólares, a criação de mais de 5 mil empregos e a previsão de que a obra, em dois anos, estaria pronta. Estamos vendo que nada disso está ocorrendo e poderemos ter um grande desgaste, um grande prejuízo nessa obra para o Estado de Minas e para o País.

O apelo que aqui fazemos tem o sentido de sensibilizar o Governo, reunindo uma grande caravana e mobilizando todo o povo mineiro para, juntos, solucionarmos esse problema e não permitir que a pressão das empreiteiras consiga inviabilizar nosso trabalho e trazer mais prejuízos para o povo, em termos de acidentes e de atraso no desenvolvimento da região. Precisamos ter os contratos respeitados para que empresas como a Mendes Júnior não se apoplesem de lotes enormes sem a menor condição de administrar as obras. Precisamos que essas obras não sejam apenas repassadas, mas que se proceda a novas concorrências, que eliminem os incompetentes e os proíbam de nova participação em obras públicas. É preciso que haja seriedade porque o povo não mais suporta obras inacabadas, dilapidadoras do dinheiro público. Aqui estamos fazendo esse apelo e logo estaremos conversando com todos os líderes, na tentativa de realizar uma visita àquele canteiro de obras e de fazer um grande movimento em Minas para que possamos ter o reinício urgente das obras da BR-381 e sua duplicação definitiva, que trará o desenvolvimento tão necessário para Minas Gerais e para o Brasil.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com alegria que vemos uma presença expressiva no Plenário desta Casa, hoje, quando a imprensa apostava num feriado branco neste Poder.

O que nos traz a esta tribuna é a abertura, que se deu ontem, da 32ª Campanha da Fraternidade, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. É importante que essa campanha tenha seu tempo forte durante os 40 dias da Quaresma, e que ela traga um chamado a todos os homens de boa vontade, neste País, no tocante a problemas que afligem a Nação e o povo brasileiro.

Nós, que há muito acompanhamos os desenvolvimentos das Campanhas da Fraternidade, observamos que nas primeiras a preocupação era com temas mais internos, relativos à estrutura da Igreja Católica no Brasil. Notamos que após os anos 70, a partir da própria repressão militar e do engajamento de setores da Igreja na questão sócio-política do País, os temas passaram a ser mais ligados à realidade brasileira, à vida do povo. Assistimos, nos anos anteriores, à abordagem da problemática da moradia, do menor, do trabalho, da terra, da questão da justiça, da saúde, da educação, temas tratados por todas as comunidades cristãs do Brasil.

Neste ano, dentro da mesma ótica, vemos que é colocada, para reflexão da sociedade, a questão da fraternidade e dos excluídos. Realmente, numa sociedade que cada vez mais vai produzindo seus excluídos, situações de miséria, de marginalizações, é importante a reflexão sobre esse tema. E o lema deste ano, "Eras tu, Senhor?", baseado em Mateus, capítulo 25, onde Jesus se identifica com os que têm fome e sede, o peregrino, o doente. Então, é importante essa reflexão sobre o tema da exclusão social e essa identificação plena do Mestre maior. Gostaria de trazer aqui algumas das reflexões que são tratadas no "Texto Básico da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil", que julga a ótica do Evangelho e propõe algumas alternativas para agir diante da exclusão social.

O texto trata, inicialmente, do problema da moradia. Hoje, vivemos numa sociedade onde 15 milhões de famílias não têm onde morar. Vimos, durante anos e anos, que o que era para ser finalidade principal do Governo Federal, o dinheiro do fundo de garantia a ser destinado à construção de moradias a preços populares, passa a ser usado para financiar os Governos Municipais, Estaduais e o próprio Governo Federal, que se tornaram inadimplentes. Vimos, também, o financiamento de casas para as classes média alta e alta. Presenciamos o escândalo da CPI da corrupção no Brasil, onde o dinheiro que seria destinado ao financiamento de casas populares era desviado para outros fins, como vimos, também, quando o Ministro Magri trocou informações por 30 mil moedas em dólar.

O problema é grave, e assistimos, cada vez mais, o Governo ficar inoperante frente a esse problema que atinge 15 milhões de famílias que não têm onde morar.

Outro problema é o da terra. Doze milhões de famílias de trabalhadores rurais não têm terra para plantar, enquanto vemos a especulação com a terra rural, mantida em nome de poucos, e o Governo promete uma tímida medida de assentar 100 mil famílias neste ano e, depois, por meio do próprio Ministro, dizer que isso não seria possível.

Outro grande problema da exclusão é o número de pessoas que passam fome neste País. Vimos os dados do IPEA, que indicavam que 30 milhões de indivíduos não têm o que comer de manhã, ao meio-dia e à noite. E o mais triste disso tudo é que Minas Gerais ocupa o 2º lugar entre os que não têm o que comer neste País.

Outro dado básico é que 60 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza. Têm uma renda familiar "per capita" de meio salário mínimo. Trinta milhões dos que estão no mercado de trabalho não têm carteira assinada. É importante uma reflexão trazida pelo texto básico: de cada 100 brasileiros, 30 estão empregados, 30 não trabalham por não terem atingido a idade exigida no mercado, 22 estão no subemprego, e 18 desempregados.

Os dados também informam que 500 menores vivem em situação de prostituição. Vimos, há pouco tempo, na "Folha de S. Paulo", reportagem sobre esse assunto, a prostituição infantil. Poderíamos continuar tratando dos dados da estatística sobre exclusão neste País, apresentando a situação de 7 milhões de deficientes que são excluídos do mercado de trabalho.

Existe também o caso alarmante dos aidéticos, e uma falta de política governamental na questão da saúde. Estamos vendo no Brasil a volta de doenças que julgávamos erradicadas, como a hanseníase, a febre amarela e outras. O documento da CNBB apresenta, como causa dessa exclusão social, a cultura sócio-econômica que sempre vigorou no País, agora agravada por um modelo neoliberal. Apesar de o Sr. Fernando Henrique Cardoso achar que essa é uma questão de nhenhênhem, o que a gente vê é que essas questões são do próprio Governo Federal, que continua, cada vez mais, nesse processo de segregação.

O modelo neoliberal se fundamenta no lucro e num processo de distanciamento do Estado das causas sociais. Por isso, trazemos aqui essa reflexão. Nós, enquanto agentes políticos do poder público em Minas Gerais, devíamos pensar seriamente nessas questões. A ação do Poder Legislativo deverá traduzir essas preocupações apresentadas, transformando as soluções em política pura.

Para terminar, gostaria de citar uma frase lembrada por D. Lucas, em seu artigo de ontem no "Estado de Minas", do filósofo contemporâneo Jacques Maritain, quando disse que "enquanto a sociedade moderna continuar a segregar párias (e nós poderíamos dizer "excluir"), o cristão não pode dormir tranquilo". Portanto, o estado de miséria e de pobreza do País não deve servir apenas para uma indignação momentânea durante a campanha ou quando vemos os dados alarmantes dessa miséria, mas que, realmente, a questão da exclusão social sirva para que não durmamos tranquilos enquanto existirem

tantas pessoas sem onde morar, abandonadas pelas ruas, sem terra e sem condições mínimas de sobrevivência.

Queremos, portanto, saudar a CNBB, que trouxe esse tema tão importante para nossa reflexão. Esse tema vem na seqüência de outros de exclusão social e, no ano que vem, a CNBB trará para reflexão a fraternidade política, levando-nos a refletir como a política pode ser um instrumento de transformação da sociedade, para modificar essa situação de exclusão.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Raul Lima Neto* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estou ocupando a tribuna por um pequeno período, apenas para chamar a atenção dos nobres companheiros para uma injustiça terrível que estamos vivendo e que está florescendo em nossos dias, às nossas vistas, na Casa em que trabalhamos. Ao me dirigir ao meu gabinete, hoje, pela manhã, perguntei a uma das pessoas que prestam serviços no elevador há quanto tempo trabalhava nesta Casa. Ela disse que há três anos. Perguntei, então, qual era o seu salário. Era o salário mínimo, ou seja, R\$70,00. Alguns trabalham para a ASSPROM, outros para a ADSERVIS. É necessário que tenha fim esse fenômeno que está acontecendo em nosso País, chamado de "companhia de terceirização", que não passa da institucionalização da injustiça, da iniquidade, da escravidão, dos salários vis, do aproveitamento da mão-de-obra do trabalhador, em detrimento de todo o povo brasileiro.

É um absurdo! É gritante! Creio que já é hora de darmos um grito. Se preciso, vamos fazer passar, na reforma da Constituição, uma emenda que venha a acabar com a exploração da mão-de-obra por essas empresas de terceirização, que estão tornando o nosso povo verdadeiramente escravo. Com isso, há uma diminuição do poder aquisitivo da população brasileira.

Apenas para lembrar a mais séria e imbatível argumentação sobre o assunto, quero citar três versículos da Bíblia Sagrada. O primeiro está no Salmo 90,17 - Moisés ora a Deus dizendo: "Valoriza as obras das nossas mãos, sim, Senhor, valoriza e confirma as obras das mãos do trabalhador".

Em seguida, temos em Isaías, 10,1 - Deus fala pelo profeta dizendo: "Ai dos que decretam leis injustas, dos que escrevem leis de opressão, para negarem justiça aos pobres, para arrebatarem o direito aos trabalhadores, aos aflitos do meu povo, a fim de os despojarem, roubando, assim, o semelhante, as viúvas e os órfãos".

Finalmente, no capítulo 3, versículo 5, de Malaquias, chamado o " Profeta dos Ministros" o último dos profetas, o profeta escatológico, Deus diz assim: "Chegar-me-ei a vós outros para juízo, serei testemunha veloz contra os que defraudam o salário do trabalhador e oprimem e torcem o direito".

Jesus, na parábola do homem que pagou aos trabalhadores para trabalharem em sua vinha, dizia que o salário mínimo que se deve pagar a um trabalhador é aquele suficiente para que ele possa morar, vestir e comer e que a nação que faz o contrário é amaldiçoada por natureza.

Às vezes, não compreendemos os problemas que nos cercam e por que uma nação tão grande como esta tem os maiores níveis de sofrimento do mundo. Isso nada mais é do que a injustiça e a escravidão que não acabaram no Brasil, pelo contrário, foram institucionalizadas com este salário mínimo que temos hoje. Basta! Sobretudo no momento em que estamos percebendo o surgimento de uma indústria em cima da exploração do indivíduo, feito à imagem e semelhança de Deus. Essas empresas de terceirização não recolhem o fundo de garantia, portanto, não é recolhido para os trabalhadores o que lhes é de direito. Acima de tudo, aviltam a mão-de-obra, a ponto de os empresários, cegos pela idolatria - e Deus compara a avareza à idolatria -, não perceberem que, na verdade, estão trabalhando contra eles mesmos, porque não são felizes vivendo em casas cercadas por altos muros, por cães bravos e por guardas de segurança, temendo serem assaltados ou seqüestrados. Tudo isso porque não há justiça neste País.

Mas estaremos orando, e cremos que, nesta Legislatura, Deus nos ajudará e, sobretudo, a você, ao senhor e a V. Exa. Deputado, para que um grito seja dado a fim de que, no Brasil, seja arrancada pela raiz essa indústria da exploração do indivíduo que são as companhias de terceirização.

Subi a esta tribuna apenas para informar que já estamos com um projeto em elaboração para ser apresentado à Casa, com o objetivo de proibir que no território de nosso Estado indústrias de terceirização possam continuar escravizando, perpetuando a injustiça e pecando severamente contra Deus. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, essa solicitação que fazemos é extremamente necessária. Há uma lei votada por esta Casa que autoriza o nosso acompanhamento nos casos de prestações de contas. Há uma soma considerável de recursos que envolve Bancos do Estado como o CREDIREAL. A Mendes Júnior participou de processos de privatização e, agora, se encontra em situação difícil. Por isso, por intermédio da Deputada Maria José Haueisen, fazemos esse

requerimento sobre o ajuste de contas da Mendes Júnior e solicitamos que os Deputados o aprovem, pois é extremamente importante para o nosso Estado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 7/3/95, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.114, 1.115, 1.119, 1.173 e 1.182, de 1995, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

exonerando Antônio Carlos Alves Brum do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, com exercício no gabinete do Deputado Sebastião Costa;

exonerando, a partir de 1º/3/95, Antônio Pedro Nolasco do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, com exercício no gabinete do Deputado Ibrahim Jacob;

exonerando Raquel Gonçalves Pereira do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, com exercício no gabinete do Deputado Marcelo Gonçalves;

nomeando Álvaro Teixeira de Carvalho para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, com exercício no gabinete do Deputado José Henrique;

nomeando Edmar Daher para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, com exercício no gabinete do Deputado Marcelo Gonçalves;

nomeando Evelyn Simão para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, com exercício no gabinete do Deputado Ibrahim Jacob;

nomeando Hélder Salomão para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Motorista, padrão AL-10, com exercício no gabinete do Deputado Jorge Hannas;

nomeando Madyson Serrano de Oliveira para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Motorista, padrão AL-10, com exercício no gabinete do Deputado Ibrahim Jacob;

nomeando Mário Calixto Maia para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, com exercício no gabinete do Deputado Marcelo Gonçalves;

nomeando Moacir Campolina para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, com exercício no gabinete do Deputado Marcelo Gonçalves.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, e 1.189, de 22/2/95, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Antônio Carlos Alves Brum para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Sebastião Costa, Vice-Líder do Governo;

nomeando Arthur André de Barros para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado José Maria Barros, Vice-Líder do bloco constituído pelo PTB, pelo PSDB e pelo PL;

nomeando Dálton Said Henriques para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Raul Lima Neto, Vice-Líder do BMSP;

nomeando Maria Auxiliadora Lannas Mendes para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Líder do PL.

ERRATA

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 22/92

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 21/1/95, na pág. 48, col. 4, onde se lê:

"Capítulo VII

Dos Conselhos de Justiça", leia-se:

"Capítulo VII

Dos Conselhos de Justiça

Seção I

Da Organização".

Na pág. 49, col. 1, onde se lê:

"Título IV", leia-se:

"Título III".
